

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



UM DIÁLOGO ENTRE A LUDICIDADE E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Muzzi¹

Universidade Católica Dom Bosco/UCDB

Tabitha Molina²

Faculdade de Mato Grosso do Sul/FACSUL

Resumo

A temática abordada objetiva analisar o diálogo entre o brincar e o educar na Educação Infantil. Para tal, opta por uma análise documental de obras relacionadas ao assunto, como livros, monografias, artigos, dissertações e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, também embasou-se na discussão de teóricos como: Kishimoto (2007), Montessori (1997), Luckesi, (2002) dentre outros. Cujo escopo averigua os pressupostos que os educadores atribuem sobre infância, Educação Infantil e reflexões acerca da ludicidade (jogos, brinquedos, brincadeiras) para uma aprendizagem efetiva. Além disso, foram analisados os balisadores que norteiam a Educação Infantil como a Constituição Federal (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes Bases (LDB) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que asseguram o respeito à dignidade e aos direitos das crianças. Nesse sentido, evidenciou-se que a ludicidade aliada o educar promove o desenvolvimento das crianças, o processo de socialização, construção do conhecimento, descoberta do mundo e uma aprendizagem significativa dentro dos aspectos primordiais sendo eles: físico, motor, afetivo, social e cognitivo.

Palavras-chave: Infância. Educação Infantil. Ludicidade. Brincar.

¹ Mestre em Educação/UCDB

² Docente do curso de Pedagogia/FACSUL

Introdução

O lúdico é um instrumento que promove a inserção da criança no convívio social, descobrindo a si mesma e desenvolvendo suas potencialidades.

Além do mais, pesquisas evidenciam que mesmo nos primeiros meses de vida, as crianças estão em desenvolvimento, explorando o mundo que as cercam.

Nesse sentido, considerando as fases distintas da criança e importância do brincar para promoção o desenvolvimento infantil, torna-se imprescindível haver uma pluralidade de jogos, brincadeiras tanto dentro como fora de sua vivência escolar.

A vista disso, a escolha do tema desta pesquisa foi embasa em leituras e vivências, da minha trajetória pessoal e profissional. Sendo assim, o objetivo do estudo aborda as formas de brincar na Educação Infantil, para tal, o estudo foi dividido em tópicos abordando os conceitos da infância, da Educação Infantil e a importância da ludicidade no processo de aprendizagem.

No primeiro tópico apresenta o conceito da infância, como ela foi sendo caracterizada ao longo dos anos, passando pela antiguidade, idade média e contemporaneidade, evidenciando a importância do sentimento da infância nesse contexto.

No segundo tópico aborda a educação infantil e os dispositivos legais que a cercam, fazendo menção sobre os direitos assegurados pela Constituição Federal (CF), Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e Lei das Diretrizes Bases (LDB).

Na sequência analisa a inserção do lúdico na educação infantil, bem como a importância do jogo, do brincar, das brincadeiras, da música e da contação de história para o desenvolvimento da criança.

Desse modo, pretende com esse estudo fazer um diálogo entre o ato de educar e a ludicidade na educação infantil.

Caminho metodológico

Descrever o caminho metodológico percorrido em uma pesquisa não requer evidenciar ou tentar explicar fatos, técnicas e instrumentos empregados na investigação, requer, sobretudo, a consideração crítica dos caminhos trilhados para discussão e para a construção de conhecimentos futuros. Nessa perspectiva, compreendemos que o modo de se fazer uma pesquisa é tão relevante quanto os resultados a que se pode chegar. Para o desenvolvimento

do estudo a metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica e documental utilizando uma abordagem qualitativa de cunho exploratório. Embasando-se em livros, artigos, monografias, dissertações de vários teóricos, na legislação atual e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Na afirmação de Alves (1991, p.54), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que “[...] as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”. Ainda caracterizando essa abordagem, Lakatos e Marconi (2010) afirmam que a pesquisa qualitativa é um processo que, partindo dos dados particulares, permite inferir uma verdade geral, levando a conclusões mais amplas.

A literatura revisitada nos reafirmou a convicção de que poderíamos enfatizar tais elementos e, assim, os agrupamos nas dimensões da vida pessoal e profissional, as quais, de alguma maneira, incidiram na formação e atuação dos educadores da infância. Cada uma delas será explorada nas reflexões e diálogos a seguir:

Infância

A infância é uma fase de aprendizagem, descobertas, brincadeiras e formação de valores essenciais para a preparação do indivíduo para o meio social.

Larossa caracteriza como “seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não entendem nossa língua” (1998, p. 67). Logo, para o autor é um período enigmático, que busca uma explicação e entendimento, mas que instiga e fascina a cada dia.

Entretanto, a ideia de infância nem sempre foi composta da mesma maneira o conceito de infância foi construída historicamente, modificando ao longo dos anos, variando conforme a forma o organização dentro das sociedades.

Conforme salienta Faria (1997, p.9) “a criança será percebida pela sociedade de forma diversificada ao longo dos tempos, conforme as determinações das relações de produção vigentes em cada época”.

Na Antiguidade, a criança não tinha um papel específico dentro das primeiras civilizações, a sua educação era voltada para a necessidade, tradição e seu papel social dentro do grupo.

Analisa Costa e Santa Bárbara,

Na antiguidade observa-se a emergência de dois tipos diferenciados de educação que surgiram em dois modelos opostos, a pólis de Esparta e a de Atenas. Enquanto Esparta se deteve na fase guerreira e autoritária, Atenas chegou a um estágio de maior reconhecimento quanto a um tipo de educação formal, que se pautava na vida política democrática. (COSTA; SANTA BÁRBARA, 2008, p. 2).

A historiografia relata que desde crianças já eram preparadas para o trabalho, dentro do campo da filosofia e artes, conforme em Atenas ou para vida militar como em Esparta. Nesse período existiam brincadeiras e jogos, mas sempre voltado para o exercício do trabalho.

Contudo, o sentimento de infância não era abordado, Heráclito (1997) considerava que os jogos paravam o tempo e era a fuga das regras e da moralidade da sociedade. Logo, mesmo os mais simples jogos eram voltados para complementação do conhecimento.

Por conseguinte, Àires complementa que na Idade Média, as crianças eram vista como adultos em miniaturas, visto que, o tratamento era o mesmo para ambos,

O sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ÀIRÈS, 1981, p.156).

Nesse sentido, para o autor as crianças, jovens e adultos não se dissociavam, todos participavam ativamente dos assuntos da sociedade, tanto no exercício dos ofícios, tarefas diárias e no divertimento.

Assim como nesse período não existia uma boa higiene, as cidades eram precárias e insalubres acarretando altos índices de infanticídios (SILVA; CARVALHO, 2010).

Nos séculos XVI e XVII, surge o sentimento da família, a criança começa a ser vista como diferente do adulto, sendo vista como “engraçadinha”, como Ariès coloca podendo ser “paporicada”.

Conforme o autor “Um novo sentimento de infância havia surgido, em que a criança por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (AIRÈS, 1981, p.158).

Da mesma forma, refletiram na educação da criança, os livros que eram considerados imorais não eram tolerados, sendo retirados dos currículos escolares.

Analisa Silva e Carvalho,

A concepção, tanto de moralidade como de religiosidade, desperta o desejo de cuidar da criança, permitindo o impulsionamento e o crescimento de colégios, principalmente liderados por jesuítas²⁴. Colégios com duras disciplinas, mas que apresentavam cuidados quanto à inocência e moralidade infantil. Assim, mistura-se entre as regras para a criança o pensamento religioso e moral, com o intuito de disciplinar e perseverar a ideia de inocência na criança (SILVA; CARVALHO, 2010, p 9).

Vale ressaltar que todo cuidado e preocupação em torno da vida da criança baseava-se no modelo da época, ou seja, estava ligada a postura e regras de comportamento pré-estabelecidos pela sociedade.

No entanto, nas classes populares ainda era usada à força de trabalho infantil, principalmente com a Revolução industrial, por ser considerada barata e sem nenhuma fiscalização, a mão de obra infantil era muito utilizada.

Com os ideais iluministas veio à preocupação de formar um “novo homem”, para tal, a educação inicial teria um papel fundamental, o de educar um cidadão para vida e o trabalho.

É entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância [...] que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável. (ARIÈS, 1981, p. 162).

Portanto, dentro do pensamento moderno, a criança agora é vista como sujeito, passando ser o alvo de estudos e observações, tanto no campo da educação como da psicologia.

Essa nova percepção em relação à criança, considerando-a como sujeito ativo e autônomo refletiu diretamente nas ações do Estado, criando leis e organismos para resguardar o bem estar do infante.

Educação Infantil: que universo é esse?

Em sentido amplo o ato de educar significa auxiliar na construção do saber. Trata-se de um processo técnico e contínuo de desenvolvimento das faculdades intelectuais do indivíduo. Sendo parte integrante da socialização, uma vez que é exercida em vários espaços sociais, adequando convívio na sociedade.

A educação deve ser um processo pedagógico, ministrado com o objetivo de preparar o indivíduo autônomo e crítico. Logo, é um direito fundamental tutelado pelo Estado, conforme previsto na Constituição Federal (CF),

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2011, p.56).

Outro dispositivo legal que faz menção a educação é o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), instituída pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990,

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores; [...] (BRASIL, 2011, p.40).

O ECA ainda prevê o direito de que toda criança e adolescente deva ser criado e educado no seio de sua família.

Sendo reforçado pela Lei das Diretrizes Bases (LDB) em seu Art2 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.1).

A LDB ainda expõem em seu art. 29 “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p.1), definindo os parâmetros da educação infantil.

A respeito Kuhlmann Jr. (2000, p.14) contribui que “a legislação nacional passa a reconhecer as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, fazendo parte do sistema educacional a primeira etapa da educação básica”.

O autor complementa,

A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidado-e-educação adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação de propostas pedagógicas. Adotar essa caracterização como se fosse um dos jargões do modismo pedagógico esvazia seu sentido e repõe justamente o oposto do que se pretende. (KUHLMANN JR, 1999, p. 60).

Portanto, a concepção do universo da Educação Infantil é construir a identidade e a autonomia da criança, evidenciando a preocupação com o desenvolvimento integral da mesma com um caráter mais qualitativo, pois é na Educação Infantil que estão presentes momentos relevantes para uma vida futura.

Em 2009, foi lançado as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, por meio da Resolução n.5, na qual, definiu o currículo e os princípios básicos orientadores de um trabalho pedagógico comprometido com a qualidade e efetivação de oportunidades de desenvolvimento para as crianças.

Nesse sentido, observando os aspectos legais, a educação é dever do Estado e da Família, assim, é essencial o papel da família no ensino-aprendizagem do estudante, obtendo maior segurança em sua caminhada na vida.

A importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil

A infância configura uma fase que as crianças estão em constante aprendizagem, logo, um ambiente favorável irá constituir vínculos importantes na construção do conhecimento.

Desta forma, o cuidado com o bem estar da criança tornou-se de grande relevância, levando autores e a legislação nacional a estudar sobre o tema.

Assim, as concepções do brincar dentro da educação infantil foram sendo construídas com propostas teóricas de vários autores.

Conforme concebe Kishimoto,

Dewey, principal teórico do movimento escalonista, concebia a brincadeira com uma ação livre e espontânea. A brincadeira, na sua teoria, é a expressão de sentimentos, necessidades e interesses da criança, por isso tem um fim em si mesma (KISHIMOTO, 2007, p. 61).

Outra linha de investigação do movimento foi a Maria Montessori, na qual consentia a importância da inserção de jogos, da organização do espaço e dos materiais como forma de estimular as habilidades das crianças. Para ela “todas as crianças possuem indistintamente a capacidade de ‘absorver’ a cultura.” (MONTESSORI, 1987, p. 11).

Jean Piaget destacou na área construtivista, visto que, de acordo com o autor as crianças possuem um papel ativo na construção de seu conhecimento.

Para Piaget,

Quando a criança brinca, ela assimila o mundo à sua maneira, sem que ele tenha correspondência com a realidade, pois a sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui. (PIAGET 1971 *apud* KISHIMOTO, 2007, p. 59).

Complementa Kishimoto (2007, p. 122), na teoria piagetiana a brincadeira não aparece em si, mas serve para revelar mecanismos cognitivos a criança.

Em contraposição Vygotsky (1998) considera que o brincar é um espaço de aprendizagem onde a criança age além do seu comportamento humano. No brincar, ela age como se fosse maior do que é na realidade, realizando simbolicamente, o que mais tarde realizará na vida real.

Nas palavras de Luckesi a ludicidade advém do nosso mundo interior, vivenciando essa experiência de diversas formas, “nos níveis corporal, emocional, mental e social, de forma integral e integrada” (LUCKESI, 2002, p. 25).

Desta forma, a ludicidade é concebida numa dimensão interna e integral, logo, uma educação lúdica deverá compreender de que “o ser humano é um ser em movimento permanentemente construtivo de si mesmo” (LUCKESI, 2000, p. 20).

Nessa perspectiva, se evidencia que a idéia do brincar possui forte ligação com o ato de aprender, assim, a inserção do lúdico torna-se uma estratégia para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Conforme exprime o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil do Brasil MEC/SEF “o direito das crianças de brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil (BRASIL, 1998, p.13).

Ainda o Referencial expõe,

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. (BRASIL, 1998, p. 27).

Além do mais, brincar faz parte do universo infantil, não existe criança sem o ato de brincar, o brincar dentro do ambiente escolar é essencial para educação das crianças, promovendo a capacidade e potencialidade da criança.

Brinquedo, jogos e brincadeiras

O brincar caracteriza como um instrumento de aprendizagem sendo essencial para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. Isso deve ao fato de que esses elementos estão integrados no seu cotidiano.

Conforme aborda Souza *et al*,

O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação (SOUZA *et al*, 2013, p.4).

Por sua vez, as brincadeiras também fazem parte do processo de constituição do sujeito, a partir da imersão em um universo simbólico, ou seja, o bebê se constitui psicologicamente e socialmente (ORTIZ; CARVALHO, 2012, p.106).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil do Brasil,

As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica (BRASIL, 1998, p.28)

Dessa maneira, será analisado como a brincadeira, o jogo e os brinquedos auxiliam no desenvolvimento infantil.

Conforme Piaget,

O jogo é sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real à atividade própria... os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais (PIAGET, 1990, p.160).

O autor propõe uma subdivisão por faixa etária para aplicação dos jogos, para crianças de zero a dois anos de idade, que é o foco da pesquisa, ele chama de período ‘sensório-motor’, ou seja, as crianças repetem situações simplesmente por prazer (SANT’ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 20).

Kishimoto analisa,

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os

pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (KISHIMOTO, 2007, p. 36)

Vale ressaltar, que o jogo não é uma característica da infância, mas uma atividade constituída por uma estrutura, regra e limites.

Os brinquedos “são objetos que dão suporte ao brincar e podem ser das mais diversas origens materiais, formas, texturas, tamanho e cor, podendo ser comprados ou fabricados pelos professores e pelas próprias crianças” (BRASIL, 1998, p.28). Figurando a possibilidade de a criança conhecer o mundo e estabelecer relações no universo da fantasia.

Segundo Piaget (1998, p.62), “o brinquedo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral”.

Para Vygotsky o brinquedo desempenha várias funções no desenvolvimento,

O brinquedo contém, de uma forma concentrada, como no foco de uma lupa, todas as tendências de desenvolvimento, é como se a criança tentasse pular acima do seu nível usual. A relação entre o brinquedo e desenvolvimento pode ser comparada com relação entre instrução e desenvolvimento e cria a zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1991, p.74).

Nesse sentido, o autor propõe que o tipo de brinquedo ou da brincadeira pode desenvolver tanto o cognitivo quanto o emocional, permitindo o envolvimento da criança num mundo ilusório.

Brinquedos, jogos e brincadeiras são essenciais na infância. Á vista disso, considerou oportuno realizar uma pesquisa na sala do berçário, cujo propósito é articular atividades lúdicas dentro desse contexto para o desenvolvimento pleno da criança.

Considerações que não se findam

Considerando que o tema abordado não é algo recente e nem inédito, trata-se de uma temática escolhida por acreditarmos que o brincar faz diferença na vida das crianças e inseri-lo no cotidiano educacional é essencial para a autonomia infantil.

Em todo o caminho metodológico, foram elencados meios teóricos para elucidar o brincar e sua importância para o desenvolvimento pleno da criança. Presumindo como a atividade lúdica é incorporada na vida das crianças, tanto dentro como fora da escola e como essa vivência possibilita uma entrega completa de corpo e mente.

Dessa forma, o estudo sobre o histórico da infância, como ela foi concebida durante os anos e como o sentimento da infância foi sendo considerado refletindo diretamente nas ações do Estado, criando leis e organismos para resguardar o bem estar do infante, como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente e Lei das Diretrizes Bases.

Nesse sentido, ao longo dos anos, a educação e o brincar foram tomando relevância, passando a ser tutelados e norteados pelos parâmetros legais. Agora as crianças têm seus direitos assegurados e o acesso ao lúdico faz parte da sua formação.

Um avanço importante para a prática educativa, que tem em seu método o professor como intermediário desse processo constante e contínuo, considerando que o ato de brincar e as atividades lúdicas são ferramentas indispensáveis para a construção do saber e o desenvolvimento integral da criança.

Deve-se considerar que qualquer atividade lúdica, seja por meio de brincadeiras, jogos, faz de conta, contação de história e a musicalização, provocam estímulos, promovendo o pleno desenvolvimento das crianças, o processo de socialização, a construção do conhecimento, a descoberta do mundo e uma aprendizagem significativa.

Por fim, vale salientar, que os estímulos lúdicos devem ser trabalhados cotidianamente, buscando sempre promover situações que além de gerarem aprendizagem também proporcionem o prazer e felicidade para os pequenos.

Referências

ALVES, Alda Judith. **O Planejamento de pesquisas Qualitativas em Educação**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 77, p. 53-61, 1991.

ARIÉS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF)**. Brasília, DF, Senado, 2011.

_____. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 2013, Senado, 2011

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília MEC/SEF, 1998. 3v.:II.

COSTA, Leila P.; SANTA BÁRBARA, Rubiana B. **A educação da criança na idade antiga e média.** VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2008

FARIA, Sonimar C. de. História e política da educação infantil. *In:* FAZOLO, Eliane, CARVALHO, Maria C. M. P. de, LEITE, Maria Isabel & KRAMER, Sônia. **Educação Infantil em curso.** Rio de Janeiro: Ravel, 1997

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação.** Campinas: Papirus, 2003

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERÁCLITO. Fragmentos. *In:* **Os pré-socráticos.** Tradução José Cavalcante de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Os Pensadores).

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeiras e a Educação.** São Paulo: Cortez, 2007

_____. **O jogo e a educação infantil.** Perspectiva. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, 1994.

KUHLMANN JR., Moysés. **História da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, 2000.

LARROSA, Jorge, LARA, Nuria Pérez. **Imagens do outro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998

LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação, Ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. *In:* LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) **Ludopedagogia – Ensaios 1: Educação e Ludicidade.** Salvador: Gepel, 2000.

_____. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. *In:* PORTO, Bernadete de Souza (org.). **Ludicidade: o que é mesmo isso?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Gepel, 2002

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

OLIVEIRA, Mirian S.L. *et al.* A música na Creche. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde (Orgs). **Os fazeres na educação infantil**. SP: Cortez, 1998.

ORTIZ, Cisele; CARVALHO, Maria Teresa V. **Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar uma única ação**. Coleção InterAções, Ed Blucher, São Paulo, 2012.

PIAGET, Jean. **A formação do Símbolo na Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990

_____. **A psicologia da criança**. Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998

PRIOLLI, J. Fraldas e livros. **Nova Escola**. Edição Especial Leitura, nº 18. São Paulo: Abril, 2008.

SANT'ANNA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto; **A história do Lúdico na Educação**, REVEMAT, Florianópolis (SC), v. 06, n. 2, 2011.

SANTOS, Aretusa; LAURO, Bianca R. **INFÂNCIA, Criança e diversidade: proposta e análise**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a23.pdf> Acesso: 04 out. 2016.

SANTOS, Iris P.L. **A Gestão Democrática da Escola: As Relações Politico-Pedagógica do Coletivo Docente e seu Gestor**. Monografia. Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação. SALVADOR/BA, 2011.

SENA, Adelice Isabel O. **As atividades lúdicas nos processos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental**. Monografia. Universidade de Brasília – UNB. Carinhanha – BA, 2013.

SILVIA, Michele P.; CARVALHO, Carlos Henrique. **Infância e modernidade: redimensionando o ser criança**, 2010. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/2-Inf%20U00c3%20U00a2ncia-e-modernidade-Michelle.pdf> Acesso: 01 out. 2016

SOUZA, Renan Henrique B; PINHEIRO, Alysson M.; LAGO, Washington Luiz A. **O lúdico nas escolas de campo**. Revista. Ed Realize. Universidade Federal do Piauí /CPCE, 2013.

VERDINI, A. S. **A sala de aula como espaço de leitura significativa**. Leia Brasil.2006. Disponível em: http://www.leiabrasil.org.br/doc/doc_suporte/leitura_significativa.doc Acesso em: 14 out. 2016.

VYGOTSKYI, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins ontos, 1991.

_____. **Aprendizagem, desenvolvimento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1998.